

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE REDENTORA – EXERCÍCIO 2025

MALBERK ANTOINE KUNST DULLIUS, Prefeito Municipal de Redentora/RS, apresenta o **RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO** acompanhado da presente exposição que visa demonstrar a situação econômico-financeira do Município, na forma da alínea a do Inciso IV do art. 2º da Resolução nº 1134/2020 de 09 de dezembro de 2020, do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul - TCE-RS, o presente relatório evidencia sua gestão, quanto às metas atingidas, conforme consta na Lei Orçamentária Anual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Plano Plurianual, bem como das informações sobre os recursos aplicados na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE, no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB e em Ações e Serviços Públicos de Saúde – ASPS, como segue:

1. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1.1 ORÇAMENTO

A Lei de Meios para o exercício de 2025, de nº 2.911/2024 de 17 de dezembro 2024, estimou a receita e fixou a despesa em R\$ 60.286.879,73 consolidada.

Entretanto, a abertura de créditos adicionais no decorrer do exercício, como também a transferência de créditos especiais, veio alterar estas cifras, como demonstra o quadro que segue:

A despesa orçamentária conteve-se no limite dos créditos votados e em nenhum momento, durante a execução, excederam o montante autorizado, sendo autorizados os seguintes créditos adicionais, para o Executivo e RPPS:

Despesa Fixada	60.286.879,73
+ Créditos Suplementares	5.640.242,13
(-) Reduções	5.640.242,13
Operação de Crédito	6.000.000,00
+ Créditos Especiais – Excesso de arrecadação	5.016.724,69

+ Créditos Especiais – Superávit financeiro	8.520.124,82
Total da Despesa Autorizada	79.823.729,24

1.2 ANÁLISE DA RECEITA

A Receita Orçamentária efetivamente arrecadada foi de R\$ 70.741.727,65, verificando-se, em relação com ao Orçamento previsto para o ano, uma arrecadação a maior de R\$ 9.449.418,57. O comportamento da receita no exercício considerado traduz-se no quadro abaixo:

RECEITAS	PREVISTA	ARRECADADA	DIFERENÇA
RECEITAS CORRENTES	55.745.404,15	62.911.484,78	5.922.783,71
Impostos, Taxas e Contribuição de Melhorias	3.412.377,20	3.251.013,63	-161.363,57
Contribuições	1.509.088,98	1.685.527,05	176.438,07
Receita Patrimonial	3.950.025,55	7.735.812,64	3.785.787,09
Receita de Serviço	9.937,61	12.518,38	2.580,77
Transferências Correntes	43.797.157,45	45.888.576,71	2.091.419,26
Outras Receitas Correntes	100.291,54	128.213,63	27.922,09
Receitas Correntes Intra-Orçamentária	2.966.525,82	4.209.822,74	1.243.296,92
RECEITAS DE CAPITAL	5.546.904,93	7.830.242,87	2.283.337,94
Operação de Crédito	0,00	3.017.634,37	3.017.634,37
Alienação de Bens	0,00	-	0,00
Transferências de Capital	5.362.404,93	4.811.177,46	-551.227,47
Outras Receitas Capital	184.500,00	1.431,04	-183.068,96
TOTAL REC. LIQUIDA	61.292.309,08	70.741.727,65	9.449.418,57

Fonte: Balanço Orçamentário

O comportamento da receita realizada nos quatro últimos exercícios, distinguindo-se as receitas próprias, foi o seguinte:

RECEITAS REALIZADAS E % DE PARTICIPAÇÃO

Exercício	Próprias	%	Transferências	%	Total
2022	1.706.054,72	4,52	36.069.887,09	95,48	37.775.941,81
2023	13.617.263,05	24,28	42.456.721,71	75,72	56.073.984,76
2024	12.247.570,29	20,99	46.107.046,19	79,01	58.354.616,48

2025	17.022.908,07	24,06	53.718.819,58	75,94	70.741.727,65
-------------	---------------	-------	---------------	-------	---------------

As transferências da União e do Estado no ano de 2025, somam um montante de R\$ 50.718.819,58, neste ano foi realizado operação de crédito que soma um valor de R\$ 3.017.634,37 totalizando as transferências em R\$ 53.718.819,58 corresponderam a 75,94% do total arrecadado, e consequentemente a arrecadação própria ficou em 24,06% da receita.

1.3 ANÁLISE DA DESPESA

A despesa inicialmente autorizada em R\$ 62.478.190,60 foi alterada, conforme os créditos adicionais já citados, para R\$ 82.015.040,11.

A despesa liquidada alcançou R\$ 61.082.758,94, valor que se distribuiu da forma seguinte:

DESPESAS	AUTORIZADA	REALIZADA	DIFERENÇA
<i>DESPESAS CORRENTES</i>	61.182.604,32	55.144.672,94	6.037.931,38
Pessoal e Encargos	31.560.089,72	29.750.696,75	1.809.392,97
Juros e Encargos	304.700,86	298.700,86	6.000,00
Outras Despesas Correntes	29.317.813,74	25.095.275,33	4.222.538,41
DESPESAS DE CAPITAL	18.939.988,24	5.938.086,00	13.001.902,24
Investimentos	18.468.276,02	5.587.483,93	12.880.792,09
Inversões financeiras	36.141,64	0,00	36.141,64
Amortização da Dívida	435.570,58	350.602,07	84.968,51
RESERVA DE CONTINGENCIA	1.892.447,55	3.634.186,34	5.526.633,89
TOTAL DAS DESPESAS	82.015.040,11	61.082.758,94	20.932.281,17

Fonte: Balanço Orçamentário – Anexo 12

O comportamento da despesa realizada nos quatro últimos exercícios, destacando-se as Despesas Correntes das Despesas de Capital, foi o seguinte.

DESPESAS REALIZADAS E % DE PARTICIPAÇÃO					
Exercício	Correntes	%	Capital	%	Total
2022	35.796.162,71	82,79	7.438.545,32	17,21	43.234.708,03
2023	42.904.388,43	93,71	2.877.759,91	6,29	45.782.148,34
2024	49.970.836,11	90,82	5.050.577,07	9,18	55.021.413,18

2025	55.144.672,94	90,28	5.938.086,00	9,72	61.082.758,94
------	---------------	-------	--------------	------	---------------

A maior concentração de dispêndio no ano de 2025 se deu nas despesas correntes R\$ 55.144.672,94, que representaram 90,28% do total.

1.4 CONFRONTO DA RECEITA E DESPESA

Para a análise comparativa entre a receita e a despesa elaboramos o seguinte quadro e podemos tirar as seguintes conclusões:

- A receita arrecadada foi maior que a prevista no orçamento, no valor de R\$ 9.449.418,57.
- A Despesa realizada também foi menor que a prevista no orçamento no valor de R\$ 20.932.281,17

Comparativo	Prevista / Autorizada	Realizada	Variação
Receita	61.292.309,08	70.741.727,65	9.449.418,57
Despesa	82.015.040,11	61.082.758,94	-20.932.281,17

2. GESTÃO FINANCEIRA E ECONÔMICA

2.1 BALANÇOS FINANCEIRO

O Balanço Financeiro constitui-se em peça básica para a demonstração da gestão financeira desenvolvida ao longo de um período, uma vez que conjuga as operações de receita e despesa orçamentárias, além daquelas que, por sua natureza, independem de autorização na Lei de Meios, com os saldos em espécie no início e no final do exercício. De forma resumida, apresentamos o quadro abaixo onde espelha a movimentação do exercício de 2025.

Balanço Financeiro: verificou-se a consistência das informações, comparando-se os dados constantes no demonstrativo com os saldos do balancete de verificação contábil de 31/12/2025, conforme demonstrativo a seguir:

Saldo Anterior do ativo disponível (Caixa e Bancos)	55.914.061,36
(+) Receita Orçamentária Realizada	70.741.727,65
(+) Receita Extra Orçamentária	14.642.694,59

(+) Transferências Financeiras Recebidas	2.186.712,68
(-) Despesa Orçamentária realizada	69.193.502,30
(-) Despesa Extra Orçamentária	6.810.914,14
(-) Transferências Financeiras Concedidas	2.186.713,08
(=) Saldos das disponibilidades em 31/12/24 (Caixa e Bancos)	65.294.066,76

2.2 BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial deve expressar qualitativa e quantitativamente o patrimônio do Município, demonstrando a situação dos bens, direitos e obrigações em determinado momento, consideradas a origem e a aplicação dos recursos à disposição da Fazenda Pública.

Ativo Circulante	71.391.536,73
Ativo Não Circulante	96.632.247,95
TOTAL ATIVO	168.023.784,68
Passivo Circulante	1.652.114,16
Passivo Não Circulante	147.196.494,41
Passivo Real	148.848.608,57
Saldo Patrimonial	19.175.176,11
TOTAL PASSIVO	168.023.784,68

3. DÍVIDA PÚBLICA

3.1 DÍVIDA FUNDADA A LONGO PRAZO

A Dívida Fundada a Longo Prazo que compreende os compromissos de exigibilidade superior a doze meses, contraídos para atender o desequilíbrio orçamentário ou o financiamento de obras e serviços públicos foi totalmente liquidada em 2025.

DÍVIDA FUNDADA L. P.	SALDO INICIAL	EMIÇÃO	RESGATE	SALDO FINAL
FINANCIAMENTOS	152.226,25	1.228.223,71	1.380.449,96	0,00
AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS	0,00	1.789.466,66	1.789.466,66	0,00
OPERAÇÃO DE CRÉDITO	0,00	3.017.634,37	0,00	3.017.634,37

Fonte: Demonstrativo da Dívida Fundada - Anexo 16

3.2 DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

A dívida consolidada líquida do Município apresentou a seguinte posição em 31/12/2025 a qual atende ao disposto na Resolução nº 40/2001 do Senado Federal:

Receita Corrente Líquida RCL	51.217.463,31	% S/ RCL
Dívida Consolidada – RG Fiscal	0,00	0,00
(=) Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00 %
Limite de emissão de alerta cfe. art. 59, § 1º, III da LRF	55.314.860,37	108,00%
Limite legal cfe. art. 3º, II da Resolução 40/2001	61.460.955,97	120,00%

4 – DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

As alterações experimentadas pelo patrimônio da Prefeitura estão demonstradas no *Balanco Econômico* e, analisadas, podem ser traduzidas assim:

(+) Variações Patrimoniais Aumentativas	74.077.890,19
(-) Variações Patrimoniais Diminutivas	151.734576,74
(=) Resultado Patrimonial do Exercício (déficit)	- 77.656.686,55

Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais- Anexo 15

5 – RELATÓRIO FÍSICO-FINANCEIRO GERENCIAL DOS RECURSOS MDE/FUNDEB

Neste próximo item apresentamos o Relatório Físico Financeiro Sobre os Recursos Aplicados na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – M.D.E./FUNDEB, no exercício de 2025, conforme Art. 113, I, “a” da Resolução 544/00, alterado pelo Art. 2º da Resolução 591/02, com os projetos e as atividades realizadas e com a elucidação dos recursos previstos e os efetivamente executados.

RECEITA	ORÇADO R\$	ARRECADADO R\$	25% A SER APLICADO EM MDE
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial	686.947,51	449.774,29	
Imposto sobre Transmissão Inter Vivos de Bens	321.591,20	651.572,13	
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte	1.529.781,64	1.365.412,14	

Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza	609.901,68	529.842,27	
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal	20.572.788,40	21.185.329,81	
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cotas Extraordinárias	2.514.016,80	2.611.768,70	
Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	160.000,00	151.078,87	
Cota-Parte do ICMS	12.632.647,67	11.654.024,37	
Cota-Parte do IPVA	936.600,00	977.973,86	
Cota-Parte do IPI - Municípios	160.000,00	133.403,09	
TOTAL	40.124.274,90	39.710.179,53	9.927.544,88

5.1 – DESEMPENHO DO FUNDEB

O Município, no exercício econômico e financeiro de 2025, em função do número de alunos matriculados na Educação Básica foi deficitário em relação ao FUNDEB, conforme se demonstra a seguir:

Transferências do FUNDEB	6.888.861,42
(-) Dedução de Receita para o FUNDEB	6.820.362,00
Resultado (Perda)	68.499,42

5.2 – APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Analizados os gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino, constatamos que o Município despendeu, efetivamente, no exercício econômico e financeiro de 2025, o **montante de R\$ 11.313.773,45, o qual representa 28,49% das receitas tributárias**, compreendidas as transferências constitucionais, atendendo ao art. 212 da Constituição Federal, conforme demonstrado a seguir:

TABELA DA DESPESA CONSTITUCIONAL COM MDE E FUNDEB

Recurso	Descrição da Subfunção	Valor
2500/1001	Administração Geral	523.236,83
1500/1001	Administração Geral	1.959.659,52
2500/1001	Ensino Fundamental	29.788,00

1500/1001	Ensino Fundamental	1.390.473,51
500/1001	Educação Infantil	255.550,80
500/1001	Educação Especial	398.975,55
(-) Despesas não Computáveis		63.804,35
TOTAL		4.493.879,86
540	6.819.893,59	6.819.893,59
Gasto Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB)		11.313.773,45
Percentual aplicado com base na Receita Ajustada		28,49

Fonte: PAD, RVE de 01/01/2025 a 31/12/2025.

Apesar da dedução promovida na RVE, no montante de R\$ 44.253,94, referente a Restos a Pagar Não Processados do exercício atual classificados com insuficiência financeira, verifica-se que a aplicação de recursos em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino ultrapassou o montante de R\$ 11.000.000,00, correspondendo a 3,49 pontos percentuais acima do mínimo constitucional exigido.

No que tange à referida dedução, o Município sustenta que tais despesas dispõem de adequada cobertura financeira na Fonte de Recursos 1500, razão pela qual entende que os respectivos valores deveriam ser considerados no cômputo das aplicações em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

Além dos recursos constitucionalmente previstos, o Município aplicou no exercício econômico e financeiro de 2025, recursos livres e recursos oriundos de auxílios e convênios federais e estaduais para utilização em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico, cuja execução é demonstrada, de forma resumida, no seguinte quadro:

Total dos Convênios: União e Estado+ Rec. Livres	
500 - Recursos Livres	240.431,36
550 – Transferência do Salário Educação	353.643,52
551 – Programa Dinheiro Direto na Escola	7.315,74
552 – Programa Nacional de Alimentação Escolar	112.348,76
553 – Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar	122.557,49
569 - Outras Transferência de Recursos do FNDE	689.104,53
Convênio da União	1.284.970,04
571 – Transferência de Convênio Vinculados a Educação	1.401.125,70

Convênios do Estado	1.401.125,70
TOTAL GERAL GASTO ALÉM DO CONSTITUCIONAL	2.926.527,10

Fonte: Site do TCE, Despesas por Fonte de Recursos

5.3 – REMUNERAÇÃO DOS PROFESSORES

Verificando o cumprimento do art. 26, da Lei Federal 14.113/20, referente à aplicação de uma parcela não inferior a 70% dos recursos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério da Educação Básica, em efetivo exercício na rede pública, temos que o Município, efetivamente, no exercício de 2025, aplicou **96,12%** dos recursos recebidos do FUNDEB na “Remuneração dos Profissionais do Magistério da Educação Básica” atendendo o dispositivo legal supracitado.

6. DEMONSTRAÇÕES DA APLICAÇÃO DE RECURSOS NA SAÚDE:

ARRECADAÇÃO

Com base na realização das receitas, o valor de R\$ 37.098.410,83, de acordo com o artigo 198, § 2º, III da Constituição Federal, o percentual a ser aplicado nas ações e serviços públicos de saúde em 2025, é de 15%, equivalente ao montante de R\$ 5.564.761,62, demonstrado na tabela a seguir.

RECEITA	ORÇADO R\$	ARRECADADO R\$	15% A SER APLICADO EM ASPs
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial	686.947,51	449.774,29	
Imposto sobre Transmissão Inter Vivos de Bens	321.591,20	651.572,13	
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte	1.529.781,64	1.365.412,14	
Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza	609.901,68	529.842,27	
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal	20.572.788,40	21.185.329,81	
Imposto Sobre a Propriedade	160.000,00	151.078,87	

Territorial Rural			
Cota-Parte do ICMS	12.632.647,67	11.654.024,37	
Cota-Parte do IPVA	936.600,00	977.973,86	
Cota-Parte do IPI - Municípios	160.000,00	133.403,09	
TOTAL	37.610.258,10	37.098.410,83	5.564.761,62

Fonte: Demonstrativo Contábil, Balancete da Receita

TABELA DE APURAÇÃO DO ÍNDICE DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Recurso	Descrição da Sub Função	Valor
2500/1002	Administração Geral	260.033,35
1500/1002	Administração Geral	1.461.811,32
2500/1002	Atenção Básica	1.530.385,51
1500/1002	Atenção Básica	5.947.927,79
1500/1002	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	457.817,03
1500/1002	Despesas com Consórcio Público	60.012,14
Total		9.717.987,14
Despesas não computáveis		991.386,87
Gasto Constitucional com Saúde (ASPS)		8.726.600,27
Percentual aplicado com base na Receita Ajustada		23,52

Fonte: PAD, RVE de 01/01/2025 a 31/12/2025.

APLICAÇÕES DOS RECURSOS

Analizados os gastos com as Ações e Serviços Públicos na área da Saúde, demonstrados na tabela acima, constatamos que o Município despendeu, efetivamente, no exercício econômico e financeiro de 2025, o montante de **R\$ 8.726.600,27**, o qual representa **23,522%** das receitas tributárias, compreendidas as transferências constitucionais. Atendendo desta forma o artigo 77 do ADCT com a redação dada pelo artigo 7º da Emenda Constitucional nº 29/2000.

Os gastos em saúde também houve dedução na RVE, no montante de R\$ 371.744,90, referente a Restos a Pagar Não Processados do exercício atual classificados com insuficiência financeira, verifica-se que a aplicação dos gastos constitucionais em saúde, correspondeu a 8,52 pontos percentuais acima do mínimo constitucional exigido.

No que tange à referida dedução, no mesmo caso que a educação o Município sustenta que tais despesas dispõem de adequada cobertura financeira na Fonte de Recursos 1500, razão pela qual entende que os respectivos valores deveriam ser considerados no cômputo das aplicações em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

Considerando que nesta tabela os valores aplicados em saúde estão maiores que os apurados na RVE no valor de R\$ 371.744,90. Pois foi deduzido dos gastos em saúde da FR/CO 500/1002, como RPNP do Exercício Atual com Insuficiência Financeira, no qual entendemos que há cobertura para tais despesas na FR 500.

APLICAÇÃO DE RECURSOS DE CONVÊNIO E/OU DE AUXÍLIOS

Além dos recursos constitucionalmente previstos, o Município aplicou no exercício econômico e financeiro de 2025, recursos oriundos de auxílios e convênios para utilização em Ações e Serviços Públicos em Saúde, cuja execução é demonstrada, de forma resumida, no seguinte quadro:

Total dos Convênios: União e Estado	Valores Liquidados
600 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	2.541.434,24
604 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias	501.135,52
605 - Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem.	4.825,44
Convênios da União	3.047.395,20
621 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	1.022.711,33
632 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	350.000,00
Convênios do Estado	1.372.711,33

TOTAL DE GASTOS ALEM DO CONSTITUCIONAL	4.420.106,53
---	---------------------

Fonte: Site do TCE, Despesas por Fonte de Recursos

7. GESTÃO DE PESSOAL

Na gestão das despesas com pessoal os gastos chegaram a um percentual de 50,13% está situado no intervalo de 48,60% a 51,30%, sendo, portanto, superior ao limite para emissão do alerta de que trata o Inciso II do § 1º do Art. 59 da LRF, de 48,60%.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS:

8.1 GESTÃO FINANCEIRA

A administração adotou uma série de procedimentos com o objetivo de atender as despesas funcionais e prioritárias, as quais são necessidades básicas requeridas pela população, ao mesmo tempo em cuidar para manter um fluxo de caixa equilibrado:

- As despesas orçamentárias do exercício de 2025 foram executadas em montante superior à projeção inicial, contudo mantiveram-se aquém da dotação atualizada. Observa-se maior concentração no grupo de natureza de despesa “Investimentos”, cujo crédito autorizado superou R\$ 18 milhões, ao passo que a despesa liquidada atingiu pouco mais de R\$ 5 milhões. Registra-se, ainda, que aproximadamente R\$ 7 milhões permaneceram na fase de empenho, correspondentes a obras em execução, com previsão de continuidade e liquidação no exercício subsequente, caracterizando a inscrição em Restos a Pagar, nos termos da legislação vigente.
- Do mesmo modo, as receitas orçamentárias arrecadadas superaram a previsão inicial, configurando excesso de arrecadação no montante de R\$ 9.449.418,57, em conformidade com a legislação vigente
- No exercício de 2025 foi aplicado 9,15% da receita em investimentos.

8.2 GESTÃO DOS GASTOS CONSTITUCIONAIS

Como foi demonstrado anteriormente, foi aplicado na saúde o percentual de 23,52%, índice superior ao determinado na Constituição Federal superando em mais de oito pontos percentuais.

Na Educação atingimos um percentual de 28,49% também acima do exigido pela legislação que é de 25% determinado pela Constituição Federal e em Regência de Classe o investimento foi de 96,12%.

Foram ressaltados neste relatório os principais aspectos da gestão financeira e econômica do exercício de 2025, estando esta municipalidade à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Redentora 24 de março de 2026

MALBERK ANTOINE KUNST DULLIUS
PREFEITO MUNICIPAL